

## FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: PERSPECTIVAS PARA EDUCAÇÃO DO MEIO RURAL

<sup>1</sup>Maria Lemos da Costa  
Universidade Federal do Piauí

Email – marialc08@yahoo.com.

<sup>2</sup>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral  
Universidade Federal do Piauí  
Email- carmensafira@bol.com.br

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, a partir da revisão de literatura, como as mudanças conjunturais e, às vezes, estruturais interferem na formação do professor alfabetizador no percurso histórico da realidade rural, buscando caracterizar o sentido da alfabetização proposta em sua prática docente. Este estudo de caráter bibliográfico traz as contribuições teóricas dos autores: Arroyo et. al.(2004), Arruda e Brito (2009), Valente (2009), Vieira (2006), Pérez (2006), Petitat (1994), Kramer (2006), dentre outros. A realização dessa pesquisa parte do seguinte questionamento: que cidadão queremos formar para atuar como alfabetizado no ambiente da zona rural, considerando os fatores de mudança socioculturais, políticas e econômicas? Este estudo nos conduziu a uma compreensão de que a função da educação escolar, no momento da alfabetização, implica em alterações na formação do professor, devendo ser orientadas com bases em uma política que respeite a diversidade, as diferenças socioculturais, políticas que vislumbram a formação do ser humano e a sua atuação ao longo da história em contextos com valores culturais diferenciados.

**Palavra-chaves:** Mudanças. Formação do Professor. Meio Rural. Alfabetização.

### INTRODUÇÃO

Com o objetivo de analisar como as mudanças socioculturais, políticas e econômicas interferem nas propostas de alfabetização efetivadas no meio rural, desenvolvemos este estudo de caráter bibliográfico que traz a contribuição dos aportes teóricos de: Arroyo *et. al.*(2004), Arruda e Brito (2009), Valente (2009), Nunes (2006), Vieira (2006), Kramer (2006), Millis (1992), Petitat (1994), Pérez (2008), dentre outros. Dessa forma, partimos da afirmação de que as condições sociais, que emergem das construções históricas de cada época, reorientam e redefinem a formação do ser humano e sua atuação em cada meio. Esses são aspectos que norteiam os princípios de educação, definem a formação do profissional e a sua legitimação para atuar. Tendo o professor a função hoje de mediar o conhecimento, os valores e a formação cultural de um povo.

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino, mestranda em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: marialc08@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Dr<sup>a</sup> em Educação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: carmensafira@bol.com.br

Para o desdobramento desse tema elencamos alguns questionamentos que permeiam a formação e atuação do professor no meio rural, que compreende-se como um espaço social dos sujeitos, os quais possuem identidade cultural e econômica própria, e ainda considerando os diversos grupos que residem neste espaço e seu desenvolvimento econômico, aspectos específicos que o tornam diferenciado do meio urbano: Que educação está sendo oferecida para a realidade do espaço rural? A educação oferecida no meio rural respeita as diferenças socioculturais e econômicas da população? Como a formação do alfabetizador está sendo estruturada para atender as especificidades do meio rural? Qual deve ser o diferencial teórico-metodológico na atuação do alfabetizador no contexto rural? Compreende-se, assim, a necessidade de implementação de uma política que contemple as especificidades de cada meio social.

É importante compreender que cada espaço social possui sua identidade cultural própria e práticas sociais compartilhadas por aqueles que a vivem, em especial a população do meio rural. Com esse entendimento, para pensar a educação e a prática do alfabetizador deve-se considerar, entre outros aspectos, a identidade cultural de cada grupo social, o rompimento com os paradigmas de educação que visam homogeneizar os contextos sociais, uma política educacional da multiplicidade, que atenda aos anseios culturais e econômicos, dando condições de atuação do sujeito no meio no qual está inserido.

No bojo das mudanças, a forte expansão da urbanização e da industrialização que trazem o avanço da tecnologia, da informação em rede, são transformações sociais e econômicas que fazem emergir desafios a respeito da educação do campo (meio rural). E estas interferem na formação do professor tanto nas políticas de formação quanto na legislação de ensino que orientam e definem a atuação em sala de aula, considerando a especificidade do contexto sociocultural de cada povo.

Ao considerarmos essas relações entre o desenvolvimento sociocultural, a atuação do ser humano e o campo educacional, percebemos a interferência dessas relações nas políticas que atendem as demandas de formar um povo, situando-as em suas dimensões históricas, sociais e econômicas. A educação, em especial do meio rural, tem sido amplamente difundida por vários seguimentos da sociedade, não só pelos movimentos sociais, mas também por órgãos oficiais da educação, dentre outros. E, assim, emergem novos paradigmas na formação de professores para que possam atender através das práticas pedagógicas as singularidades que são próprias a cada meio social e cultural.

## **Educação do Campo: algumas concepções**

Ao discutimos as mudanças socioculturais, políticas e econômicas ocorridas na meio rural, explicitando as interferências na formação e atuação do professor alfabetizador, torna-se importante ponderar alguns aspectos sobre a educação do campo ao que se refere aos processos de formação e a educação das crianças do campo, que, segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 8), “[...] passaram a ser objeto de pesquisa nas universidades, objeto de atenção das agências internacionais, dos governos e principalmente dos diversos movimentos sociais”. E, com esses pontos uma nova etapa da história da educação, considerando o espaço rural em suas singularidades, está sendo escrita, refletida e investigada. Dessa forma, nasce o Movimento por uma Educação do Campo, o qual nasceu como o objetivo de denunciar o esquecimento da realidade rural nas pesquisas sociais e educacionais, como também o esquecimento por parte dos órgãos governamentais.

Vale ressaltar, que esse movimento, segundo Rocha (2010), é composto por vários segmentos da sociedade como: movimentos sociais, universidades, prefeituras, instituições públicas, comunitárias e religiosas. E, dessa forma, a educação do campo vai ganhando espaço na luta por uma vida sustentável, como afirma Rocha (2010, p.393):

A educação do campo vai se firmando como princípio, como conceito, como método, como metodologia, como política pública não somente por escola, mas por um projeto educativo vinculado a um modo de produção da vida sustentável em termos econômicos, políticos, sociais e culturais no campo e na sociedade.

O Movimento nasce de outro olhar sobre o campo, um olhar que vê o espaço rural sem desenvolvimento econômico e busca superar essa paisagem, compreendendo o campo com um papel fundamental para o crescimento econômico, político e social da sociedade, de um povo, através das relações com os diferentes grupos sociais em seus vários aspectos, na busca de um projeto educativo que proporcione condições de vida digna. Esse Movimento tem como uma das estratégias a realização de conferências na busca de construir subsídios para educação do campo, uma produção da coletividade nas lutas concretas da população do meio rural por escolas (ROCHA 2010), sendo responsável pela criação das Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, na qual são definidos os princípios teórico-metodológicos que visem adequar

e orientar a educação às especificidades do campo com base nas diretrizes curriculares nacionais proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Compreende-se que é urgente o pensamento educacional articulado às especificidades do campo, conforme Arroyo et.al. (2004, p. 13) afirma:

Quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar e docente que se alimentem dessa dinâmica formadora.

Nessa perspectiva, faz-se necessário apreender o campo como espaço de singularidade cultural e social, sendo a singularidade uma categoria que informa as atuais políticas educativas nessa área. Buscar uma escola do campo que proporcione a construção de conhecimentos, considerando as mudanças sociais e econômicas implícitas em um processo de desenvolvimento.

Na atual conjuntura, o fenômeno de maior impacto social e cultural diante das mudanças é o desenvolvimento tecnológico (VIEIRA, 2006), fenômeno que interferem em toda a estrutura da sociedade e implica em redirecionamentos tanto para educação no ambiente urbano, como no ambiente rural que traz junto uma nova concepção de ser humano alfabetizado, que requer algumas especificidades de atuação. Diante dessas implicações, poderíamos questionar qual a função da escola nesse meio rural? E, o que é preciso para dar condições concretas de viabilização da educação para proporcionar melhor qualidade de vida no campo? Arruda e Brito (2006) chamam a atenção para a necessidade das instituições escolares possuírem professores habilitados com uma política de formação alicerçada nas especificidades do campo, como também materiais didáticos currículos, calendários dentre outros aspectos adaptados, considerando o artigo 13 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que legitimam as especificidades para a formação dos professores no meio rural em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no art. 13 (BRASIL, 2002, p.41):

Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a educação básica no País, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes: I- estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do País e do mundo. II- propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de

vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Como reforço a essa orientação, ressaltamos as especificidades que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 traz para o ensino em seu art.28 (BRASIL, 1996, p.16), subsídios para que a educação de alunos da zona rural, não somente faça uma adequação ao seu calendário a realidade do meio sociocultural, político e econômico, como também seus conteúdos curriculares e metodológicos sejam adequadas às condições específicas de cada local.

Art.28 na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificadamente. I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A Lei traz inovações quando considera a diversidade sociocultural e étnica de cada contexto, considerando e repensando o ser humano como um ator social com múltiplas vivências e reconhecendo que há diferenças que devem ser observadas na elaboração tanto dos conteúdos como das metodologias e ainda os processos singulares de aprendizagem do estudante e o específico meio.

Diante da importância de uma educação que garanta em seus currículos a adequação às especificidades do povo do campo, a formação do professor deve ter como base esses referenciais e, assim emerge para o processo educativo, segundo Arroyo et.al. (2004, p. 14), uma educação que articule simultaneamente:

Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência é a tecnologia socialmente produzida e acumulada. Mas também que contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das auto-imagens e identidades da diversidade que compõem hoje o povo brasileiro do campo.

Nesse sentido, a formação do professor e a legislação de ensino são impulsionadas pelas mudanças em torno da produção do conhecimento e pelos valores e a cultura de cada povo. O ser humano alfabetizado no meio rural precisa articular essas práticas sociais compreendendo as mudanças socioculturais, políticas e econômicas no contexto das relações sociais nas quais está inserido. As práticas pedagógicas, considerando as singularidades, as especificidades de cada povo, devem proporcionar aos educandos conteúdos socialmente produzidos a partir da experiência vivenciada nos contextos culturais, que a educação possibilite condições de vida melhores no próprio espaço em que os sujeitos vivem articulando a economia vigente no percurso histórico,

visto que, “[...] para pensar a vida no campo, precisamos pensar a relação campo e cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país” (ARROYO *et. al.*, 2004, p. 28).

Nessa perspectiva, Pérez (2008) discute a alfabetização como um conceito em movimento, que vem passando por evoluções e sofrendo alterações na concepção de seus princípios, para atender as exigências de cada contexto diante do desenvolvimento da sociedade. A autora pontua que todo conceito é ressignificativo em função do cenário que o envolve, considerando os aspectos sociais, econômico, político e epistemológico de cada período da história, o que se diz da alfabetização, vista como uma produção e uma criação histórica. Sendo assim, um conceito é uma invenção que faz parte do processo de criação, Com a produção desses conceitos busca-se o entendimento e a solução dos problemas articulando sociedade e educação. Nesse entendimento, Pérez (2008, p. 178) ainda ressalta que:

Como todo conceito, também o de alfabetização tem sofrido transformações ao longo dos tempos. Dos ideais humanistas da Reforma Protestante no século XVI à concepção de Alfabetização como liberdade que informa a década das Nações Unidas para a Alfabetização da Unesco (2003-2012), verificam-se mudanças significativas no conceito e na forma de praticar a alfabetização. Tais transformações articulam e refletem as complexas relações entre educação e sociedade.

O conceito de alfabetização tem passado por profundas transformações que são impulsionadas pelas mudanças socioculturais, políticas e econômicas. A concepção do cidadão que se quer formar também passa por evoluções, que implica na concepção de educação e que reflete na formação do professor para atender as necessidades de cada época e de cada contexto sociocultural. Nessa perspectiva de movimento, a educação encontra-se diante de diversas demandas oriundas dessas relações socioculturais. E, assim, torna-se importante compreender que a educação do meio rural deve está organizada para preparar o sujeito para o seu contexto, articulando-o às mudanças em suas diversas nuances.

Diante dessas mudanças a alfabetização ganha o caráter de um direito e, exige políticas públicas que efetive esse direito de ter acesso para construir as habilidades de leitura e escrita, e estas devem está relacionadas com as práticas sociais vivenciadas pelos educandos. Nesse contexto é importante ressaltar a contribuição de Kramer (2006, p.18) que contribui com este pensamento quando afirma: “[...] garantir o acesso a leitura e à escrita é direito de cidadania”. Dessa forma, a alfabetização se constitui como política pública que evidencia a responsabilidade do Estado em oferecer condições

viáveis de acesso para aprender a ler e escrever em contextos variados, considerando os valores e a cultura de cada povo. No dizer de Dias et. al.(2009,p.98) é necessário uma nova proposta de alfabetização, conforme afirma:

É preciso que nas escolas do campo, ainda tradicionais, seja implantada uma nova proposta de alfabetização que não leve em conta os textos prontos das cartilhas e nem os treinos habituais de leitura e escrita, mas sim o processo individual de cada um, na descoberta de seu próprio conhecimento, po meio de textos espontâneos...

Essa nova proposta de alfabetização está interligada com os pressupostos teórico-metodológico da formação do professor alfabetizador. E sobre o processo de alfabetizar, é importante ressaltar as idéias de Pérez (2008, p. 200), quando afirma: “[...] a complexidade do mundo contemporâneo coloca novos desafios para a alfabetização, articulando-a a um projeto social comprometido com uma sociedade mais justa e mais democrática”, e dessa forma, focalizando para o campo rural faz-se necessário “[...] um projeto de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político” (ROCHA, 2010 p. 367).

Nessa perspectiva, considerando os desafios e a função social da alfabetização no contexto atual de zona rural, uma alfabetização que vá além da decodificação, é que os debates sobre a formação têm dado relevância na busca de procedimentos teórico-metodológicos mais flexíveis e diversificados, centrados nas necessidades da prática, considerando a formação do cidadão para atuar no meio social no qual está inserido em cada época.

### **Formação do Professor no Contexto das Mudanças**

A educação ao longo da história da humanidade vem passando por transformações influenciadas pelas mudanças nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Compreende-se que as relações sociais em que envolvem a sociedade, são fatores que orientam e definem todo contexto educacional a partir de uma concepção de mundo e de cidadão que se quer formar. Essas mudanças socioculturais interferem na formação e na atuação dos profissionais, em especial, do professor alfabetizador de zona rural que é o nosso foco. E, de acordo com o cenário

atual, a demanda por alfabetização é relevante dada à possibilidade que essa oferece de uma maior socialização e integração nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Sendo assim, a formação do professor precisa atender a essas demandas que emergem no âmbito social tanto no meio rural quanto no urbano. As discussões que estão imersas nesses contextos compreendem desde a concepção da educação que queremos à formação do professor e suas práticas, bem como às leis que orientam e legitimam esse processo. Diante do enfoque, podemos questionar: quais foram as interferências que as mudanças sociocultural, política e econômica provocaram na legislação do ensino no aspecto da formação? Qual a formação proposta na lei para o professor alfabetizador? Como as mudanças sociais influenciam na atuação do professor?

Esses são alguns dos questionamentos que podemos salientar diante das mudanças econômicas e políticas que envolvem tanto o contexto social quanto o cultural da educação do campo, como também “[...] a luta por uma educação de qualidade e o compromisso com a educação do campo e da cidade como espaços de produção da vida de forma sustentável” (ROCHA,2010, p.336) , sendo estes princípios juntamente com o protagonismo dos sujeitos que a educação do campo está comprometida .

Para respondermos aos questionamentos propostos é importante apreendermos o contexto histórico sobre a escola para que possamos compreender as relações sociais que se interrelacionam nessas construções sociais. Sendo que, a escola, tal como é chamado hoje é um termo da modernidade (LUZURIAGA, 1959), é uma construção social que se estabelece ao longo da história, contribuindo para a produção da sociedade (PETITAT, 1994), como também para atender as necessidades sociais de cada época.

E, assim, as interferências que as mudanças em suas várias nuances provocam no âmbito educativo buscam atender aos anseios de cada contexto social com suas especificidades. A legislação de ensino tem sofrido alterações significativas com resultados de lutas das classes sociais para atender as demandas que emergem na educação em especial na zona rural no âmbito da alfabetização. Na qual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, propõe uma formação mínima para a formação do educador em nível superior em seu título VI, que trata da formação dos profissionais da educação, como também em seu artigo 28, ao trazer subsídios para adequação da ação educativa ao contexto do campo, apontando as especificidades a



serem consideradas na elaboração de currículos, conteúdos, metodologias e condições sociais e culturais, como mencionamos anteriormente.

São essas as especificidades que se fazem necessárias na formação do professor para que em sua prática pedagógica, educativa, possa atender aos contextos variados. Buscamos uma escola que considere as diversas experiências de meios sociais, que envolvem a cultura e valores de um povo. E, para Valente (2009), independente do caráter dinâmico ou formal da educação, a bandeira principal que deve ser levantada é a reorganização da escola no sentido de atender as singularidades e a qualificação, a formação do professor. Nesse mesmo direcionamento, Carvalho e Medeiros (2010, p. 16) ressaltam que:

É preciso que a escola seja um espaço de diálogo entre os diversos, no qual as diferenças sejam respeitadas e as desigualdades combatidas em respeito ao direito de cada um ser diferente - não podemos aceitar que as diferenças sejam transformadas em desigualdade.

A função da escola e a formação do professor são elementos que estão inter-relacionados e, considerando essa integração com relação à organização da ação educativa, Valente (2009) classifica em quatro modalidades ou tendências na função da escola: ruralista, urbanizadora, reformista e realista. Na ruralista – a escola deve colocar o homem do campo a par de todo desenvolvimento e avanço das tecnologias voltadas para a produção agrícola e assim possibilitar moradia fixa no campo com qualidade de vida. Para urbanização – a escola, professor e currículo em qualquer meio, dar condições para o homem atender as necessidades da sociedade tanto no aspecto da humanização quanto do trabalho. A reformista – propõe uma organização escolar para que atinja o ideal da justiça social, atendendo aos interesses dos diversos grupos sociais e suas atividades. E, a realista – que tem a função de considerar e reorganizar a escola considerando as mudanças que ocorrem no contexto social.

Compreendo essas dimensões na função da escola e compreendendo que a formação do ser humano em seus múltiplos contextos vai ao encontro ao papel da educação, isso nos remete as necessidades das práticas do professor que implica em formação que articule teoria e prática. Diante da função da alfabetização ao longo da história podemos questionar: Que tipo de cidadão se quer formar para atuar no contexto atual de zona rural? Esse é um questionamento que entrelaçam a formação do professor. É nesse cenário que a legislação passa por profundas mudanças, para atender as demandas sociais da educação que orientam uma formação, como cita Viera (2006,

p.24) “nesse contexto, uma nova agenda educacional faz-se presente: exigências de expansão do sistema educacional, de mais e melhor escolaridade, de organizações enxutas e eficientes, de escolas eficazes, de professores bem treinados”, quero salientar que essa nova agenda educacional contempla tanto o meio urbano quanto o meio rural.

Nesse sentido é preciso apreender a formação dos professores que irão desempenhar suas atividades no campo ou meio rural, como formação com saberes específicos, que contemplem com a reorganização dos currículos e a diversificação das práticas o desenvolvimento econômico e cultural dos grupos sociais.

Com essas políticas que visa respeitar a diversidade sociocultural, surgem em algumas instituições as licenciaturas em educação do campo para atender as especificidades a que se propõe a formação do professor para atuar nesta realidade sociocultural. Segundo Rocha (2010), são cursos recentes que se instalam por meio de parcerias entre os movimentos sociais (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, Instituto nacional de colonização e reforma agrária , Programa nacional de educação da reforma agrária e outros) e as universidades. Esses cursos apresentam três perfis de acordo com Molina e Sá (2010, p. 375):

Preparar para a habilitação da docência por área de conhecimento; preparar para a gestão de processos educativos escolares e preparar também para a gestão de processos educativos comunitários. Estas três formações estão interrelacionadas e decorrem da própria concepção de Educação do campo que conduz esta graduação.

As propostas de formação de educadores do campo seguem políticas que visam atender as demandas da realidade sociocultural, política e econômica do meio rural sendo construídos como uma luta dos movimentos sociais tendo como ponto central o direito a educação a partir da luta pela terra, pelo trabalho e as melhores condições de vida no próprio campo.

Nessas discussões, é que a formação do professor para atuar, considerando as especificidades da cultura social de cada povo, tem se constituído como o foco central das políticas de formação e das pesquisas. No tocante ao professor alfabetizador, ou seja, aquele que atua nos anos iniciais do ensino fundamental, a demanda frente a mudanças é relevante. Nessa abordagem, Nunes (2002) salienta que o Brasil convive com milhões de analfabetos jovens e adultos, ainda que tenha assegurado 95% das crianças e jovens de 7 a 14 anos ao ensino obrigatório.

Nesse mesmo período, estudo divulga com base nos indicadores do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio de Abreu, IBGE –

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a situação do analfabetismo no país que contabiliza 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais – conceito que define as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade. E, no tocante ao meio rural brasileiro a taxa de analfabetismo é três vezes superior á da população urbana: 28,7% e 9,5% respectivamente.

Com base nessas reflexões vemos que ainda é um desafio a formação do professor para atender as necessidades dos educandos do campo. As mudanças precisam abranger várias instâncias educativas, como pontua Nunes (2002), a mudança não está assegurada somente no anúncio da lei nem das diretrizes, mas é preciso proporcionar aos professores condições de trabalho que abranjam desde uma remuneração digna aos recursos materiais e apoio pessoal, um trabalho coletivo. E, para complementar esse pensamento, vislumbrando uma educação de qualidade buscamos apoio nas idéias de Rocha (2010, p. 367) quando ressalta:

A luta pela educação de qualidade não se traduz somente em criar e fazer funcionar escolas e formar pessoas em cursos de nível médio e superior. A perspectiva é construir uma organização pedagógica curricular, administrativa e financeira com o efetivo protagonismo dos sujeitos, articulado a um projeto de classe que tem nas lutas do campo, a maior referência. A escola do campo demandada por estes coletivos vai além da escola das primeiras letras, da escola da palavra, da escola dos livros didáticos.

Observa-se que a função da escola é uma função política que ultrapassa os manuais didáticos de ensino e envolve a participação efetiva no campo social, tendo a educação no âmbito da alfabetização como prática social articulada a um coletivo de princípios culturais econômicos e sociais.

Nesse cenário, Kramer (2006, p. 13) pondera sobre o analfabetismo no Brasil e afirma que o mesmo é um dos dez países em todo o mundo com os mais altos índices de analfabetos, afirma ainda que a alfabetização tem se “[...] consolidado um problema social, um obstáculo de difícil superação [...]”. Um problema social que demanda políticas públicas voltadas para a educação, que considere as relações entre os vários contextos sociais e culturais dessa problemática e assim proporcionar à formação de professores, condições teórico-metodológicos para atuar e atender as necessidades educativas em sala de aula nos diferentes ambientes socioculturais.

Diante das grandes mudanças, observa-se que essas interferem nas relações sociais e culturais e fazem emergir novos paradigmas para a formação de professores.

Entendemos que a formação nesse cenário de mudanças requer procedimentos teórico-metodológicos que possam superar os desafios das relações teoria e prática, no ato educativo tanto no campo quanto no meio urbano. A função/papel do professor nesse contexto tem se modificado, assim também como a concepção de formação do ser humano em seus múltiplos aspectos. Nessas reflexões, devemos realçar a importância dos aspectos culturais no processo da formação, sendo que estes estão interligados ao trabalho docente, como Kramer (2006, p. 183) afirma:

[...] que é necessário que os programas de formação de professores sejam programas de formação cultural, assegurando que a leitura e a escrita sejam experiências significativas e evitando que sejam tão-somente espaços de instrução nos métodos e técnicas disponíveis.

Nessa perspectiva, entende-se que a cultura de um povo serve de base para o contexto da educação, é crescente a valorização desse dispositivo e, atualmente, essas discussões se fazem presentes nas políticas de formação e aos poucos estão sendo incorporadas nos currículos de ensino. E, buscando melhorias na educação do campo, em 2004, foi criada a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, sendo a mais recente secretaria do Ministério da Educação com objetivo de contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação, considerando os valores e a cultura de cada grupo.

### **A Guisa de Conclusão**

Á guisa de encerramento desta discussão, a partir da linha de pensamento exposta, compreendemos que as mudanças socioculturais, políticas e econômicas ao longo do contexto histórico interferem e redirecionam a formação e atuação do professor alfabetizador no meio rural. Com a análise da literatura, afirmamos que a educação do campo demanda formação diferenciada dada as singularidades que o espaço rural constitui, envolvendo os aspectos culturais, econômicos e políticos. Dessa forma, o ideal de ser humano alfabetizado é guiado pelo viés da concepção de ser humano e do seu papel ou função social em cada época para o contexto do campo.

Nessa abordagem, encontramos o trabalho do professor para atender as necessidades que emergem dessas mudanças e revelam a emergência de novos paradigmas para a prática do professor da zona rural, o que constatamos com o surgimento das licenciaturas, como também de alguns programas como: Projoven

campo – saberes da terra que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores e familiares; Procampo – programa de apoio a formação superior em licenciatura em educação do campo; dentre outros.

Vale ressaltar que, essas políticas públicas de educação estão acontecendo ainda a passos lentos, e devem ser orientadas com princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos para atender aos anseios dos diversos grupos sociais, considerando seus valores e sua cultura que buscam desenvolver com metodologias diferenciadas e conteúdos específicos de cada área, que compõe a parte diversificada do currículo considerando a base comum proposta na legislação de ensino.

Com esta pesquisa de caráter bibliográfico através dos autores que subsidiam esse estudo, podemos observar que a formação do professor alfabetizador no contexto rural, educação do campo, temática que tem sido explorado nas últimas décadas, tem passado por significativas implementações, buscando aproximar educação e realidade sociocultural. No conjuntura atual, os avanços no que se referem ao desenvolvimento industrial e tecnológico, são fatores que tem redirecionado todos os princípios educativos e tem se constituídos em desafios no âmbito da educação. E entendemos que essas mudanças socioculturais, políticas e econômicas suscitam em novas propostas curriculares que envolvem desde as políticas de formação, a legislação e as práticas do professor.

É importante salientar que a educação do campo ainda é um desafio diante da natureza específica da sua função para com os sujeitos envolvidos nesse processo e a luta por ação educativa alfabetizadora diferenciada na busca de transformação e de um desenvolvimento sustentável tanto do campo quanto da cidade.

## **Referências**

ARRUDA, E. E.; BRITO, S. H. A.. Análise de uma proposta de escola específica para o campo. IN: ALVES, Gilberto Luiz (org.). **Educação no campo**: São Paulo. SP: autores associados, 2009. P. 23 a 62.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; CASTAGNA, M. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [HTTP://www.presidência.gov/03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov/03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. Resolução CEB n. 1, 2002. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 03 DE abril de 2002.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Disponível em <http://portal-mec.gov.br/index.php?option=Acesso> em 12 de outubro de 2010.

CARVALHO, R. A. de; MEDEIROS, E. C.; **Formação de professores da educação do campo: desafios e perspectivas**. Anais do XV ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais, Belo Horizonte 2010.

DIAS, Ana Iorio; FURTADO, Eliane Dayse Pontes; BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto (Orgs.). **Terra e Pedagogia: práticas educativas e organizativas no campo**. Fortaleza:Edições UFC,2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO DE ABREU – INEP. Disponível em <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/default.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2010.

LUZURIAGA, L.. **Historia da Educação Pública**. São Paulo, Nacional, 1959.

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2006.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir da licenciatura em educação do campo da universidade de Brasília. In: ROCHA, M. I. A. (Org.). **Educação do campo: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Coleção de textos do XV ENDIPE – MG, 2010, p.369-388.

NUNES, C. **Ensino Normal: formação de professores** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PÉREZ, C. L. V. Alfabetização: um conceito em movimento. In: GARCIA, R. L.; ZACCUR, E. (Org.). **Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes**. São Paulo: Cortez, 2008.

PETITAT, A. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórico de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes medicas, 1994, p. 192 a 2009.

ROCHA, M. I. A. (Org.). Educação do campo: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Coleção de textos do XV ENDIPE – MG, 2010, p.365-506.

VALENTE, A. L. E. F. A extensão rural e o “mundo do faz de conta”. IN: ALVES, G. L. (Org.). **Educação no campo**: São Paulo. SP: autores associados, 2009.

VIERA, S. L. Políticas de formação em cenário de reforma. In: VEIGA, I. P.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2006.